

SUMÁRIO

TÍTULO I – FUNDAMENTOS	27
I – O DIREITO PENAL NO ESTADO DE DIREITO.....	29
I Direito e Direito Penal	29
1 Considerações introdutórias.....	29
2 Positivismo e Direito Penal	32
II Direito Penal e Estado de Direito.....	35
III As bases para a interpretação do Direito Penal.....	38
1 A vinculação constitucional.....	38
2 Proporcionalidade e sua dupla face.....	39
IV A dogmática penal.....	42
 II – FUNÇÕES DO DIREITO PENAL E O BEM JURÍDICO	47
1 Funções da pena e funções do Direito Penal	47
2 O bem jurídico como objeto de proteção.....	49
3 Conceito e funções	50
4 Para além e/ou no entorno do bem jurídico.....	55
5 Evolução e síntese.....	57
I Teorias da pena	60
1 Teorias retributivas.....	62
1.1 Considerações críticas	63
2 Teoria da expiação.....	66
3 Teorias preventivas	67
3.1 Teoria da união dialética, em Claus Roxin.....	69
3.2 A concepção de Günther Jakobs.....	70
3.3 Síntese crítica e a legislação nacional.....	72

4	As teorias que desconstroem a legitimidade da pena.....	75
5	As medidas de segurança	76
III – BALIZAMENTOS METODOLÓGICOS.....		79
I	Sistemas penais.....	79
1	A importância do sistema na dogmática penal	79
1.1	Considerações iniciais.....	79
1.2	A construção e a necessidade do sistema jurídico	80
2	Sistemas penais	84
2.1	O sistema clássico ou causal: Von Liszt e Beling	84
2.2	O sistema neoclássico (ainda da ação causal) e o neokantismo	85
2.3	O sistema da ação final de Hans Welzel.....	87
2.4	O funcionalismo	89
2.4.1	Antecedentes e referências gerais.....	90
2.4.2	O funcionalismo penal.....	92
2.4.3	O sistema funcional teleológico de Roxin	93
2.4.4	O modelo sistêmico de Jakobs e também seu Direito Penal do inimigo.....	95
2.4.5	Direito penal de velocidades?.....	99
3	Considerações conclusivas	100
IV – A ESTRUTURAÇÃO DOS PRINCÍPIOS.....		111
I	Princípios/postulados fundamentais.....	111
1	A intervenção mínima: o caráter fragmentário e subsidiário da ilicitude penal	111
2	Lesividade/ofensividade e bem jurídico: princípio geral	114
2.1	A potencialidade lesiva (concreta) da conduta.....	116
3	O princípio da insignificância.....	117
4	O princípio da legalidade e a reserva legal.....	120
4.1	A proibição de analogia <i>in malam partem</i>	122
5	A irretroatividade da lei penal	123
6	Legalidade estrita e taxatividade.....	124
7	Princípio da legalidade e Medidas Provisórias	125
8	Princípio da dignidade humana	126
9	Princípio da responsabilidade pessoal.....	128
TÍTULO II – AS LEIS E AS NORMAS PENAIS: ESTRUTURA E APLICAÇÃO.....		131
V – AS NORMAS PENAIS.....		133
I	As normas, as leis e o Direito: breves apontamentos.....	133
1	As normas incriminadoras e seu caráter subsidiário.....	134

2	Normas penais não incriminadoras.....	138
3	Normas (ou leis?) penais em branco.....	139
4	Fontes para o Direito Penal: costumes, isonomia e decisões judiciais	143
5	Concurso aparente de normas, de tipos ou de crimes.....	148
VI – INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO.....		149
I – A interpretação e o intérprete.....		149
II – A proibição do excesso e o Direito Penal		151
III – A máxima efetividade na proteção dos direitos e Direito Penal.....		155
IV – A analogia em matéria penal		157
VII – LEIS PENAIS NO TEMPO.....		161
I – Vigência, validade e eficácia.....		164
II – Irretroatividade e retroatividade da lei penal.....		166
1	Aplicação parcial de leis no tempo.....	167
2	Leis de natureza mista (penais e processuais) no tempo.....	170
III – A <i>abolitio criminis</i>		172
1	Retroatividade benéfica da jurisprudência	173
IV – Leis temporárias e leis excepcionais: a ultratividade		175
V – <i>Vacatio legis</i>.....		176
VI – Revogações/alterações parciais e a unidade do sistema		177
VII – O tempo do crime		178
VIII – Os prazos no Direito Penal		179
VIII – LEIS PENAIS NO ESPAÇO		181
I – Lugar do crime		181
II – Territorialidade.....		182
III – Imunidades e inviolabilidades diplomáticas e consulares		184
IV – Imunidades materiais e imunidades processuais		185
1	Condenação criminal de agentes políticos: suspensão dos direitos políticos e perda do cargo	188
V – A extraterritorialidade.....		189
1	Princípios gerais.....	189
2	Extraterritorialidade incondicionada	191
3	Extraterritorialidade condicionada.....	193

VI – Pena cumprida no estrangeiro	196
VII – Extradição	197
VIII – Tribunal Penal Internacional	201
 TÍTULO III – TEORIA DO DELITO	 205
 IX – O CONCEITO DE CRIME	 207
I – Princípio do <i>ne bis in idem</i>	210
II – Conceito de crime	210
1 Conceito formal	210
2 Conceito material	211
3 Conceito analítico ou dogmático	212
III – Definições importantes	212
1 Título do delito	212
2 Tipo penal	213
3 Bem jurídico	214
IV – Classificação das infrações penais	216
1 Crime e contravenção	216
2 Classificação doutrinária	217
2.1 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos	217
2.2 Crimes comuns, especiais (próprios e impróprios) e de mão-própria	218
2.3 Crimes materiais, formais e de mera conduta ou atividade	219
2.4 Crimes instantâneos, instantâneos de efeitos permanentes e permanentes	220
2.5 Crimes comissivos, omissivos próprios (ou puros) e omissivos impróprios (ou comissivos por omissão)	223
2.6 Crimes de dano e de perigo	224
2.7 Crime exaurido	226
2.8 Crimes simples e complexos	226
2.9 Crimes qualificados e privilegiados	227
2.10 Crimes progressivos e progressão criminosa	228
2.11 Crime doloso, culposo e preterdoloso	228
2.12 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	230
2.13 Crime habitual	230
2.14 Crimes uniofensivos e pluriofensivos	230
V – Os requisitos do fato punível	230
1 Conduta	231
2 Tipicidade	231
3 Antijuridicidade	231
4 Culpabilidade	232
VI – Da conduta	233

1	Considerações gerais.....	233
2	Teorias da ação.....	234
2.1	Teoria causal da ação.....	234
2.2	Teoria finalista da ação.....	235
2.3	Teoria social da ação	237
3	Formas de conduta	239
3.1	Comissiva	239
3.2	Omissiva	239
3.2.1	Omissiva própria.....	239
3.2.2	Omissiva imprópria ou comissiva por omissão.....	240
4	Da ausência de conduta	241
5	A responsabilidade penal da pessoa jurídica	242
5.1	Introdução	242
5.2	Culpabilidade da pessoa jurídica.....	244
5.3	Dolo e culpa	245
5.4	Aplicação da pena.....	246
5.5	Direito brasileiro.....	246
VII – Da relação de causalidade.....		248
1	Da conduta, do resultado e do nexa causal.....	248
2	Teoria da equivalência dos antecedentes causais ou da equivalência das condições (<i>conditio sine qua non</i>)	250
2.1	Concausas relativamente independentes e causas absolutamente independentes da conduta.....	252
2.1.1	Causas absolutamente independentes em relação à conduta do sujeito	253
2.1.2	Causas relativamente independentes em relação à conduta do sujeito	253
3	Causalidade e omissão própria	255
4	Causalidade e omissão imprópria	256
5	Crime comissivo de resultado e a teoria da imputação objetiva do resultado	258
6	Teoria da causalidade adequada	259
VIII – Considerações sobre a teoria da imputação objetiva		261
1	Material de casos	261
2	Evolução e alcance da teoria da imputação objetiva.....	263
2.1	Fórmula.....	263
2.2	Evolução.....	264
2.3	Interrogantes	264
3	Linhas básicas da teoria da imputação objetiva	265
3.1	Exposição.....	265
3.2	Imputação do comportamento	266
3.3	A imputação objetiva do resultado	277
4	Algumas conclusões.....	282
IX – Tipo e tipicidade.....		284

1	Considerações iniciais.....	284
2	Distinções importantes.....	284
2.1	Tipo e tipicidade	284
2.2	Tipo legal e tipo de injusto	286
2.3	Tipicidade e antijuridicidade ou ilicitude.....	286
2.4	Tipicidade conglobante.....	287
3	Funções do tipo	288
4	Elementos do tipo.....	289
4.1	Objetivos.....	289
4.2	Subjetivos.....	290
5	Formas de adequação típica	290
6	Causas excludentes de tipicidade	291
6.1	Princípio da adequação social.....	291
6.2	Princípio da insignificância.....	292
X	- Do dolo.....	294
1	Considerações iniciais.....	294
2	Elementos do dolo.....	295
2.1	Elemento intelectual.....	295
2.2	Elemento volitivo.....	295
3	Teorias do dolo	296
3.1	Teoria do consentimento ou da aprovação	296
3.2	Teoria da indiferença.....	297
3.3	Teorias do conhecimento	297
3.3.1	Teoria da representação	298
3.3.2	Teoria da probabilidade	298
4	Espécies de dolo.....	299
4.1	Dolo direto	299
4.1.1	Dolo direto de segundo grau.....	299
4.2	Dolo eventual	301
4.3	Preterdolo	301
5	Dolo e pena	302
XI	- Da culpa.....	302
1	Considerações iniciais.....	302
2	Espécies.....	306
2.1	Culpa consciente.....	306
2.2	Culpa inconsciente.....	307
3	Formas de manifestação	308
3.1	Imprudência.....	308
3.2	Negligência.....	309
3.3	Imperícia.....	309
4	O crime culposo e o princípio da confiança no Direito Penal	309
5	Observações finais.....	312
XII	- A tentativa	313

1	O <i>iter criminis</i> ou também denominado caminho do crime	313
2	Teorias sobre o início da execução. Considerações	316
2.1	Teoria formal-objetiva	316
2.2	Teoria objetivo-material	316
2.3	Teoria objetivo-subjetiva	316
3	Teorias sobre a punibilidade da tentativa	318
3.1	Teoria objetiva	318
3.2	Teoria subjetiva	319
3.3	Teoria subjetivo-objetiva ou teoria da impressão	319
4	Elementos da tentativa	320
5	Tentativa imperfeita ou inacabada, tentativa acabada, perfeita ou crime falho e tentativa cruenta e incruenta	320
5.1	Tentativa inacabada ou imperfeita	320
5.2	Tentativa acabada, perfeita ou crime falho	321
5.3	Tentativa cruenta e tentativa incruenta	321
6	Considerações sobre alguns crimes que não admitem tentativa	322
6.1	Crimes culposos	322
6.2	Crimes preterdolosos	323
6.3	Crimes unissubsistentes	323
6.4	Crimes omissivos puros	324
6.5	Tentativa no crime complexo. Roubo próprio e impróprio	324
7	O crime impossível no Código Penal brasileiro – art. 17	326
7.1	Teorias	330
	XIII – Desistência voluntária e arrependimento eficaz	332
1	Introdução	332
2	Desistência voluntária	332
3	Voluntariedade da desistência	333
4	Consequências da desistência voluntária	334
5	Arrependimento eficaz	334
6	Consequências do arrependimento eficaz	335
7	Os institutos em estudo são hipóteses de atipicidade ou causas inominadas de extinção da punibilidade?	335
8	Pontos em comum e diferenças entre tentativa, desistência e arrependimento eficaz	336
9	Arrependimento posterior – art. 16, CP	336
10	Requisitos	337
	XIV – Erro de tipo	338
1	Introdução e conceito – art. 20, CP	338
2	Formas de erro. Erro de tipo essencial e erro de tipo accidental	339
3	Erro de tipo nas leis penais em branco	341
4	Descriminantes putativas – art. 20, § 1º, CP	342
5	Erro provocado por terceiro – art. 20, § 2º, CP	343
6	Erro accidental	344

7	Erro sobre objeto – <i>error in objecto</i>	345
8	Erro sobre pessoa – <i>error in persona</i>	345
9	Erro na execução – <i>aberratio ictus</i>	346
10	Resultado diverso do pretendido – <i>aberratio criminis</i>	347
XV – Antijuridicidade		348
1	Antijuridicidade e injusto	349
2	Antijuridicidade formal e antijuridicidade material	349
3	Estado de necessidade	351
3.1	Conceito	351
3.2	Requisitos do estado de necessidade	352
3.3	Estado de necessidade defensivo e estado de necessidade agressivo	358
XVI – Legítima defesa		358
1	Agressão (atual ou iminente) injusta	360
1.1	Direito próprio ou alheio	363
1.2	Utilização moderada dos meios necessários	364
1.3	Consciência da situação justificante (elemento subjetivo)	367
XVII – Estricto cumprimento do dever legal		368
1	Exercício regular do direito	369
2	Intervenções médicas e cirúrgicas	371
3	Violência esportiva	371
4	Ofendículos	372
5	Consentimento do ofendido	372
6	Causas justas, supralegais?	373
XVIII – Culpabilidade		375
1	Conceito	375
2	Teorias da culpabilidade	376
2.1	Concepção psicológica da culpabilidade	376
2.1.1	Críticas	377
2.2	Concepção psicológico-normativa da culpabilidade	378
2.3	Concepção normativa pura da culpabilidade	380
3	Elementos da culpabilidade	381
3.1	Imputabilidade	381
3.1.1	Conceito de imputabilidade	382
3.1.2	Causas de exclusão da imputabilidade	382
3.1.3	Critérios ou sistemas de aferição da inimputabilidade	382
3.1.4	Incapacidade de culpabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	383
3.1.5	Capacidade de culpabilidade diminuída. Semi-imputabilidade	384
3.1.6	Consequências da inimputabilidade e da semi-imputabilidade	384
3.2	Menoridade – os menores de 18 anos são inimputáveis – art. 27, CP	385
3.3	Embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior	385
3.3.1	Conceito	385

3.3.2	Fases da embriaguez	386
3.3.3	Divisão da embriaguez	386
3.3.4	Requisitos para que se verifique a inimputabilidade na embriaguez acidental	387
3.3.5	Requisitos para que se verifique a redução de pena na embriaguez acidental	387
3.4	<i>Actio libera in causa</i> (ação livre na causa)	387
3.4.1	Explicação	387
3.5	Potencial consciência da ilicitude e erro de proibição – art. 21, CP	388
3.5.1	Erro e desconhecimento da lei	389
3.5.2	Erro de proibição direto e erro de proibição indireto	389
3.5.3	Consequências do erro de proibição. Erro de proibição inevitável e erro de proibição evitável	390
3.5.4	Descriminantes putativas.....	391
3.6	Inexigibilidade de conduta diversa.....	391
3.6.1	Causas de exclusão de exigibilidade de conduta diversa ou causas de inexigibilidade de conduta diversa.....	393
3.6.2	Coação moral irresistível	393
3.6.3	Obediência hierárquica.....	394
XIX – Concurso de pessoas.....		395
1	Introdução	395
2	Autoria. Teorias e conceito de autor	395
2.1	Conceito unitário de autor	395
2.2	Conceito restritivo de autor	396
2.3	Teoria objetivo-formal	396
2.4	Teoria objetivo-material	397
2.5	Conceito extensivo de autor e a teoria subjetiva da participação	397
2.6	Teoria do domínio do fato ou objetivo-subjetiva	398
3	Coautoria	399
3.1	Teoria do domínio do fato na coautoria e abrangência maior de condutas..	400
3.1.1	O organizador.....	400
3.1.2	O que subjuga a vítima.....	401
3.1.3	O motorista.....	401
4	Autoria mediata	402
5	Participação e teorias	404
5.1	Teoria da acessoriedade máxima.....	405
5.2	Teoria da acessoriedade mínima	405
5.3	Teoria da acessoriedade limitada.....	405
5.3.1	Espécies de participação	406
5.3.2	Instigação	406
5.3.3	Cumplicidade ou auxílio.....	407
6	Autoria, participação e delito culposos	407
7	Autoria e participação nos delitos omissivos.....	409

7.1	Autoria colateral	410
8	Teorias.....	411
8.1	Monística ou unitária.....	411
8.2	Dualística.....	411
8.3	Pluralística	411
9	Requisitos do concurso de pessoas	412
9.1	Pluralidade de condutas.....	412
9.2	Relevância causal das condutas	412
9.3	Liame subjetivo ou vínculo psicológico entre os participantes.....	413
9.4	Identidade de infração	413
10	Cooperação dolosamente distinta.....	413
11	Participação de menor importância.....	414
12	Participação impunível.....	415
13	Circunstâncias incomunicáveis – art. 30, CP	415
13.1	Circunstâncias objetivas	415
13.2	Circunstâncias subjetivas.....	416
13.3	Circunstâncias comunicáveis – elementares do crime	416
14	Participação e arrependimento.....	417
15	Autoria e participação nos delitos especiais – a comunicabilidade das circunstâncias elementares do art. 30 do Código Penal.....	417
15.1	Colocação do problema.....	417
15.2	Delitos especiais próprios e impróprios	418
15.3	Delitos especiais como delitos de infração de dever. Classificação de Roxin	419
15.4	A coautoria nos delitos de infração de dever	421
15.5	Autoria mediata nos delitos de infração de dever.....	423
15.5.1	Utilização de um instrumento não qualificado que obra dolosa- mente	424
16	Conclusão	426
16.1	Homicídio e lesões culposas do Código de Trânsito como delitos de mão-própria	426
X – DO CONCURSO DE CRIMES		433
I – Notas introdutórias.....		433
II – Unidade e pluralidade de ações.....		434
III – O concurso material (ou real).....		436
IV – O concurso formal (ou ideal).....		439
V – O crime continuado		443
1	Classificações e definições conceituais	443
2	Os critérios objetivos do <i>caput</i> do art. 70, CP	449
2.1	Crimes da mesma espécie.....	449
2.2	As condições de espaço, tempo e meios de execução	450

2.3	Outras condições semelhantes.....	451
3	Crime continuado, violência e grave ameaça: continuidade qualificada ou específica e bens personalíssimos.....	451
4	Crimes culposos	453
5	Lei nova e crime continuado.....	454
6	Aplicação da pena e prescrição.....	455
XI	- O CONCURSO APARENTE DE NORMAS	457
I	- Introdução.....	457
1	A especialidade	460
2	A subsidiariedade	461
3	A consunção.....	463
4	Considerações finais.....	468
TÍTULO IV	- DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME.....	473
XII	- POLÍTICA CRIMINAL E A PENA PÚBLICA.....	475
I	- De passagem pelos modelos de política criminal.....	475
1	Breve retrospectiva histórica.....	475
1.1	Teoria das janelas partidas (quebradas) e tolerância zero.....	479
2	Considerações gerais.....	482
II	- O sistema penal brasileiro	486
III	- Revisitando a pena pública	490
1	Apontamentos.....	490
2	Funções e teorias legitimadoras da pena.....	492
IV	- Das espécies de pena	495
1	Da pena privativa da liberdade (ver alterações trazidas pela Lei 13.964/19, art. 50 e art. 52 da LEP, e novos prazos de progressão de regime).....	496
1.1	Pena de reclusão, de detenção e prisão simples.....	496
1.2	O regime fechado.....	500
1.3	O regime semiaberto.....	501
1.4	O regime aberto.....	503
1.5	Direitos do preso	505
1.6	Da detração	506
2	Das penas restritivas de direito.....	508
2.1	Considerações gerais e introdutórias.....	508
2.2	Da prestação pecuniária (art. 43, I, CP)	512
2.3	Da perda de bens e valores (art. 43, II, CP).....	512
2.4	Da prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas (art. 43, IV, CP).....	513
2.5	Interdição temporária de direitos (art. 43, V, CP).....	514

2.6	Da limitação de fim de semana.....	515
3	Da pena de multa.....	515
V	- Da sua individualização.....	517
1	Considerações gerais.....	517
2	A cominação da pena, as qualificadoras, e limites máximos e mínimos.....	518
VI	- A dosimetria da pena: o método trifásico	521
1	O cálculo da pena.....	521
2	A primeira fase: a pena-base e as circunstâncias judiciais.....	522
3	Segunda fase: circunstâncias atenuantes e agravantes.....	530
3.1	Circunstâncias agravantes.....	531
3.2	Circunstâncias atenuantes.....	533
4	Terceira fase: causas de aumento e causas de diminuição.....	536
5	Limite máximo e unificação da pena.....	536
6	O concurso de crimes.....	539
6.1	Concurso material (ou real).....	542
6.2	Concurso formal (ou ideal).....	543
6.3	Crime continuado	545
7	<i>Aberratio ictus</i> ou erro na execução	546
8	Resultado diverso do pretendido.....	548
9	Outros efeitos da condenação.....	548
9.1	Efeitos não penais genéricos (comuns a toda condenação).....	548
9.2	A Lei 13.964/2019 e a gravidade abstrata do crime	549
9.3	Efeitos não penais específicos (para determinados crimes)	551
9.3.1	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	551
9.3.2	Demais hipóteses do art. 92, II e III, CP.....	556
9.4	A necessidade de decisão expressa.....	557
VII	- Da suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>)	557
1	A suspensão (<i>sursis</i>) e a substituição da pena privativa da liberdade.....	557
2	Natureza jurídica?.....	559
3	Pluralidade de classificações do <i>sursis</i>	560
4	Revogação do <i>sursis</i>	561
5	Prorrogação.....	561
VIII	- Do livramento condicional	562
1	Livramento e execução da pena: cabimento	562
2	Natureza jurídica do livramento condicional?	564
3	Revogação.....	564
IX	- Da reabilitação	566
X	- Alterações da Lei 13.964/2019 na Execução Penal.....	566

TÍTULO V - DA PERSECUÇÃO PENAL: A PUNIBILIDADE E SUA EXTINÇÃO.....	569
---	------------

XIII – DA AÇÃO PENAL	571
I – Ação penal condenatória.....	571
II – Ação penal pública e ação penal privada: indisponibilidade e disponibilidade...	573
1 Ação penal pública	574
2 Ação penal privada	578
3 Ação penal (privada?) subsidiária da pública	581
 XIV – DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	 583
I – Considerações gerais.....	583
II – Fatos extintivos da punibilidade	585
1 Pela morte do agente	585
2 Pela anistia, graça ou indulto	586
2.1 Anistia	586
2.2 Graça	590
2.3 Indulto.....	591
3 Pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso (<i>abolitio criminis</i>)	593
4 Pela prescrição, decadência ou perempção	593
4.1 Prescrição	594
4.1.1 A prescrição: conceito e fundamentos	594
4.1.2 Pretensão punitiva e pretensão executória	596
4.1.3 Prescrição pela pena em concreto e pela pena em abstrato	597
4.1.4 Prescrição antes do trânsito em julgado e prescrição intercorrente.....	598
4.1.5 Prescrição após o trânsito em julgado.....	599
4.1.6 Prescrição retroativa e prescrição superveniente	602
4.1.7 Prescrição em perspectiva e interesse de agir	604
4.1.8 Cômputo e contagem dos prazos prescricionais	606
4.1.8.1 Regras gerais.....	606
4.1.8.2 Crimes contra a dignidade sexual de menores.....	608
4.1.8.3 Crimes permanentes, crimes instantâneos de efeitos permanentes, crimes continuados e crimes habituais, curso material e formal de delitos.....	612
4.1.8.4 No trânsito em julgado	616
4.1.9 Redução do prazo prescricional.....	621
4.1.10 Interrupção, causas impeditivas e suspensão da prescrição.....	624
4.1.10.1 Causas impeditivas	624
4.1.10.2 Interrupção da prescrição	626
4.1.10.3 Suspensão da prescrição	638
4.1.10.4 Imprescritibilidade	642
4.1.10.5 Outras questões.....	643
4.2 A decadência	646

4.3	A perempção	649
5	Pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada	650
6	Pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.....	652
7	Pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei	655
8	Outras hipóteses de extinção da punibilidade.....	657
REFERÊNCIAS		663